

EDITORIAL**Universidade, Território e Inovação: Por uma Estratégia de Desenvolvimento Regional Para a Baixada Fluminense**

A relação entre as universidades e os caminhos do desenvolvimento é atualmente indissociável. Temas como crescimento econômico, inovação, justiça social ou proteção ambiental permitem a construção, circulação e aplicação de conhecimento científico e tecnológico na formulação de políticas públicas. As universidades não devem ser compreendidas como instituições exclusivas de formação discente, mas também como espaços de construção intelectual, de intervenção pública, de criação de agendas de ação social e ambiental e de construção de ações de desenvolvimento econômico e territorial de seu entorno, imediato ou mais distante.

A Baixada Fluminense apresenta um caso particularmente relevante para essa discussão, pois se trata de uma região negligenciada economicamente e excluída socialmente da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Apesar de sua importância demográfica e localização estratégica na Região Metropolitana do Rio de Janeiro, a região permanece marcada por desigualdades socioeconômicas e por limitada atenção do Estado. Ao mesmo tempo, abriga dois campi da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), um na cidade de Seropédica e outro em Nova Iguaçu, que integram uma instituição centenária que reúne extensa área territorial, capacidade científica instalada e localização privilegiada junto aos principais corredores logísticos do estado.

Assim, por um lado, a Baixada nasceu, cresceu e continua identificada como a periferia imediata da cidade do Rio de Janeiro; trata-se de uma extensa área urbana constituída como morada de uma população trabalhadora e vista como local de pobreza, violência, desordem urbana, índices sociais ruins e muitos problemas de toda ordem. Todavia, a Baixada Fluminense adentra o século XXI experimentando fortes modificações em sua estrutura econômica, social, política e cultural, que envolveram o aparecimento de novos investimentos e o incremento de antigas bases produtivas por intermédio de uma verdadeira reestruturação territorial-produtiva (Oliveira, 2015), bem como o advento de diversos investimentos dos ramos comercial, imobiliário, hoteleiro, bancário e de outros negócios (Rocha, 2014).

Por outro lado, a UFRRJ oferece 60 cursos de graduação e 41 programas de pós-graduação *stricto sensu* e reúne território, pesquisa, infraestrutura laboratorial, atividades de extensão e formação de pessoas, com mais de 20.000 alunos matriculados, na

graduação e na pós-graduação. Com 4.113 hectares (41,13 km²), área superior à dos municípios fluminenses de Nilópolis e São João de Meriti, o campus de Seropédica está localizado em uma posição estratégica, próximo a importantes vias de transporte, como o Arco Metropolitano (BR-493), a Via Dutra (BR-116), a RJ-099 e a Rio-Santos (BR-101), além de estar conectado à malha ferroviária de cargas da MRS e situado a apenas 25 quilômetros do complexo portuário de Itaguaí.

A UFRRJ tem estruturado grandes projetos de desenvolvimento para toda a região: a destinação de 1.139,6 hectares (≈ 11,40 km²) para valorização fundiária com mediação do BNDES, sem qualquer alienação de patrimônio ou comprometimento da autonomia universitária, o que fomentará a construção de parcerias capazes de atrair investimentos públicos e privados, promover a formação e a capacitação de trabalhadores e ampliar as oportunidades de desenvolvimento econômico, tecnológico e de inovação; e a implementação do EcoTec UFRRJ – Parque Ecotecnológico da Baixada Fluminense, um espaço de pesquisa e desenvolvimento que abrigará laboratórios colaborativos, espaços de coworking, incubadoras e ambientes voltados à inovação, reunindo desde startups até centros tecnológicos de maior porte.

Aqui não há espaço para dúvidas: situada num espaço de forte segregação social, a UFRRJ não pode furtar-se à premente necessidade de propor, formular, construir, subsidiar, apontar, dialogar e mesmo promover ações socialmente referenciadas nos territórios nos quais está instalada. Afinal, a universidade vive as dores do seu entorno imediato, que incluem desde problemas básicos de infraestrutura de transporte, de fornecimento de água e de energia elétrica e de oferta de serviços de saúde pública até problemas de violência, trânsito e renda que assolam grande parte de seus estudantes.

Dito isso, é possível fazermos algumas provocações:

[1] Desenvolvimento econômico, justiça ambiental e ações de promoção social requerem estudos dedicados e qualificados que somente equipes multidisciplinares serão capazes de realizar. Trata-se de um momento estratégico em que a universidade pública é convocada a extrapolar os circuitos tradicionais de circulação do conhecimento, como a publicação de monografias, teses, dissertações, artigos científicos e livros, para constituir agendas públicas de pesquisa, diálogo e proposição de saberes socialmente referenciados e territorialmente situados, capazes de subsidiar políticas públicas e práticas de intervenção comprometidas com a transformação das desigualdades espaciais;

[2] No contexto contemporâneo de centralidade da inovação, a universidade assume papel estratégico. O processo de inovação é, em sua essência, social (Tunes, 2016), isto é, estruturado por interações entre múltiplos agentes e atravessado por contradições, assimetrias e obstáculos. O modelo da hélice tríplice da inovação (Etzkowitz; Leydesdorff, 2000) reforça que tais dinâmicas emergem da interação entre universidades, o governo e as empresas. Nessa mesma direção, as abordagens dos sistemas regionais de inovação enfatizam que o desenvolvimento territorial depende da capacidade de articulação e coordenação entre esses diferentes atores;

[3] Ativos científico-tecnológicos, isoladamente, não são suficientes para produzir transformação econômica. A geração de dinâmicas inovadoras depende da presença articulada de instituições, infraestrutura, políticas públicas e mecanismos de governança capazes de coordenar interesses diversos, o que implica processos de coordenação política, construção institucional, pactos territoriais e ação do Estado (Brandão, 2007). Ainda que as universidades possam atuar como catalisadoras de investimentos, produtoras de conhecimento e articuladoras de redes institucionais, é necessária a participação ativa de outros protagonistas, das diferentes esferas governamentais e da sociedade civil.

Mauro Osório, Henrique Rabelo Sá Rego e Maria Helena Versiani (2018) destacam que a crise (sócio-)econômica do estado do Rio de Janeiro não é um mero reflexo das flutuações macroeconômicas do Brasil, mas sim uma crise estrutural e de longa duração que se arrasta desde meados do século XX. O problema, segundo os autores, reside principalmente na ausência de um planejamento integrado pós-Fusão de 1975 (entre o Estado da Guanabara e o antigo Estado do Rio de Janeiro) e na falta de uma tradição fluminense de estratégias políticas de desenvolvimento regional.

Os autores apontam ações como articulação institucional e de governança, diversificação industrial, integração territorial e logística, e redução das desigualdades, por meio de investimentos estruturantes em educação técnica, ciência e tecnologia nas franjas metropolitanas, como estratégias urgentes de mitigação. Entendemos que a proposta da UFRRJ de construir um verdadeiro ecossistema regional de inovação, com a utilização estratégica de parte de seu patrimônio territorial para fomentar atividades associadas à inovação, à pesquisa aplicada e ao desenvolvimento tecnológico, atende às quatro ações propostas.

O diferencial da iniciativa reside na combinação de quatro fatores raramente articulados simultaneamente: disponibilidade territorial, infraestrutura logística, capacidade científica e formação de recursos humanos qualificados. A proposta representa uma alternativa aos modelos tradicionais de desenvolvimento regional baseados exclusivamente na atração de grandes empreendimentos industriais ou logísticos, ao apostar na construção de capacidades tecnológicas locais e na geração de atividades de maior intensidade de conhecimento.

Eis a proposta: tornar a Baixada Fluminense, tradicionalmente marcada pela periferização econômica e social, a nova fronteira do desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro. Por meio de iniciativas nas áreas de agroinovação, tecnologias para a saúde, bioeconomia e tecnologias digitais, busca-se converter um território marcado por profundas desigualdades em um espaço de oportunidades, geração de emprego, aumento de renda e melhoria da qualidade de vida. É necessário valorizar o maior patrimônio da Baixada Fluminense: sua população, que há décadas aguarda a oportunidade de participar de um projeto de desenvolvimento econômico diversificado, criativo e socialmente comprometido, capaz de oferecer melhores condições de trabalho, infraestrutura urbana e qualidade de vida.

Essa proposta, contudo, não deve ser compreendida como um projeto restrito à Baixada Fluminense. Quando estruturado a partir de governança pública, capacidade científica, infraestrutura, formação profissional e articulação com o setor produtivo, o desenvolvimento territorial pode irradiar efeitos para além de seu ponto de partida. A Baixada, nesse sentido, pode funcionar como território indutor de novas conexões econômicas, sociais e tecnológicas, propagando oportunidades por meio de cadeias de valor estrategicamente construídas com outras regiões do estado, como o Sul Fluminense. Não se trata de imaginar um crescimento espontâneo ou meramente decorrente da presença da universidade, mas de construir, de forma planejada, os canais pelos quais conhecimento, trabalho qualificado, inovação, logística e produção possam se articular em benefício de diferentes territórios fluminenses.

É necessário evidenciar o potencial das universidades públicas como agentes de desenvolvimento regional em territórios historicamente periféricos. Entendemos ainda que instituições localizadas fora dos principais centros econômicos, como o caso da UFRRJ, podem desempenhar um papel ainda mais relevante, ao atuar como catalisadoras de investimentos, produtoras de conhecimento e formadoras de redes institucionais.

E para o morador da Baixada Fluminense, os investimentos almejados são simples: postos de saúde com funcionamento adequado, asfaltamento, saneamento básico, segurança pública e coleta regular de lixo, entre outros investimentos estruturais; bem como melhorias na mobilidade espacial local e regional. Será que não é o momento de se discutir a criação de novas linhas de trem de passageiros, como a proposta apresentada pela UFRRJ de implementação de uma nova estação em Seropédica? (Oliveira, Farias, Marino, 2023 e 204) A universidade deve estar atenta: o verdadeiro projeto é o de um desenvolvimento mais democrático e justo, ambiental e socialmente.

Assinam este editorial o Magnífico Reitor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Roberto de Souza Rodrigues, presidente do Fórum de Reitores das Instituições Públicas de Ensino do Estado do Rio de Janeiro (FRIPERJ); o Pró-Reitor Adjunto de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação da UFRRJ, Leandro Dias de Oliveira; o Pró-Reitor de Infraestrutura e Segurança Institucional da UFRRJ, Marlúcio Barbosa; e o Editor-Chefe da revista Cadernos do Desenvolvimento Fluminense e professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rodrigo Siqueira Rodriguez.

Boa leitura!

Rio de Janeiro, junho de 2026.